

Farmacopeia Política: Uma etnografia do anti-proibicionismo e as lutas pela libertação da maconha na Colômbia¹

Andrés Góngora²

Muito antes do início da “guerra contra as drogas” outra luta tinha sido empreendida pelas autoridades encarregadas de cuidar a higiene pública da população colombiana. Na década de 1920 a primeira lei de normatização farmacêutica proibiu a importação e venda de “drogas” que fomentassem “hábitos perniciosos” como o consumo da cocaína e suas sais, o ópio e suas “preparações oficiais”, o láudano, a codeína, a morfina, a heroína, a beladona, a atropina e suas sais, a cannabis índica e “as demais substâncias da mesma classe” (Lei 11 de 1920). Durante as primeiras décadas do século XX, em meio do processo de medicalização nacional, as autoridades sanitárias da Colômbia tentavam combater o “uso ilegal da farmácia” o “polifarmácia”, antiga forma de preparação de medicamentos usada até o século XIX que incluía a fabricação de “complicados extratos e tinturas de plantas” com propriedades curativas (García, 2008: 51). Depois de gozar de plena liberdade ao longo do século XIX, os medicamentos passaram de mercadoria sujeita às leis da oferta e da procura para objeto de intensa regulação estatal. O contraste entre essas duas posições “sugere a necessidade de estudar o processo pelo qual a visão liberal do comércio dos medicamentos é abordada pela prática médica e transformada em um domínio regulado (García, 2008: 19). Essa interdição tornou-se muito mais radical com as “drogas” e plantas que viraram “vícios”, as quais conformaram o grupo de “substâncias” proscritas por suas propriedades tóxicas ou embriagantes e foram objetificadas nas diversas manifestações formais das listas de remédios e venenos definidas pelas comunidades políticas, também chamadas de *farmacopéias*.

Os elementos dessas listas estão sujeitos a contingências históricas, lutas políticas, interesses comerciais, debates sobre propriedade intelectual, avanços científicos e arranjos morais; por isto, falam da maneira como os povos se governam e são

¹ 31 RBA. GT 02: A contribuição da perspectiva antropológica sobre o uso de substâncias psicoativas para o debate atual em torno das “drogas”. Brasília 9-12 de novembro de 2018.

² PPGAS/Museu Nacional/UFRJ - Universidad Nacional de Colombia

governados, de controles técnicos, comerciais, epistemológicos e morais e dos cruzamentos entre universos aparentemente separados. Os itens da farmacopeia são relacionais e complexos, sua posologia tem o poder de desencadear distintos tipos de efeitos biológicos e sociais, tornando o agente farmacológico inventariado inócuo, eficaz ou nocivo. Desde esse ponto de vista o caráter curativo ou mortífero de uma substância é questão de *intensidade*, de dosagem, pois nenhuma “droga” possui em si um valor absoluto.

No decorrer do século XX a farmacopeia vigente na Colômbia se inspirou nos cânones farmacêuticos francês e americano, nas convenções do ópio (assinadas em Genebra em 1925) e, depois da segunda guerra mundial, na lista internacional de “drogas” proibidas estabelecida nas convenções sobre entorpecentes do nascente sistema das nações unidas assinadas em 1961 e 1972. Podemos afirmar que os cânones são listas de remédios e as convenções de venenos ou, melhor dizendo, que os primeiros são a expressão positiva das “drogas”, aquela fornecedora de vida, enquanto as segundas constituem sua contraparte mortífera e sombria, vinculada com o hedonismo, o pecado e a censura de comportamentos que rejeitam o imperativo de viver de maneira “saudável”. Por esse motivo, as listas da farmacopeia, mais do que informar sobre uma série de características objetivas, servem para rastrear o clima político e moral do momento histórico em que são atualizadas. Em razão disso considero apropriado não usar a palavra “droga” como categoria analítica e apelar ao *pharmakon* (Derrida, 1975, 2003; Esposito, 2002), conceito de caráter relacional e ambigüidade constitutiva. O *pharmakon*, como sugeriu Derrida é, ao mesmo tempo, remédio e veneno, é aquilo que se introduz no corpo (do ser e do discurso) com toda a sua ambivalência (1975:102).

De sorte que, para modificar a perspectiva ideológica através da qual se define o valor venenoso ou curativo de uma molécula ou planta, os atores sociais envolvidos na causa contra a *proibição* das “drogas”, também chamados de *anti-proibicionistas*, devem acionar vários tipos de racionalidades e moralidades para atingir seus objetivos.

Baseado no meu material etnográfico, fruto do trabalho de campo com movimentos *anti-proibicionistas* da Colômbia, proponho o conceito de *farmacopeia política* para entender as lutas pelo controle do *pharmakon*. A *farmacopeia política* pode se entender

como a arte de adicionar e subtrair elementos das listas de remédios e venenos, e em um sentido mais amplo, como a maneira em que são instaurados e interpretados os vínculos morais, afetivos, hedonistas, biológicos, espirituais e comerciais entre os seres humanos e o *pharmakon*.

O mundo anti-proibicionista

Em essa investigação segui alguns dos caminhos andados pelo *pharmakon* na Colômbia. Sendo uma entidade tão esquiva, foi preciso deixar que ela mesma (da mão de aqueles que o usam, investigam, fabricam, cuidam, defendem, conceituam, comerciam, proíbem e combatem) mostrasse tudo o que pode se tornar. Também foi necessário escolher do incomensurável universo farmacológico, uma substância, neste caso um ser vivente e suas múltiplas transformações, para explorar a relação entre as “drogas” e a vida, a política e esse valor fundante da cosmologia ocidental moderna que chamamos liberdade. Para cumprir com esse propósito descrevi etnograficamente a malha de agências, escalas, tecnologias e pessoas engajadas com a mudança das políticas de drogas e a libertação da maconha na Colômbia. Isso envolveu, em primeiro lugar, o mapeamento das redes de especialistas (políticos, ativistas, acadêmicos, entre outros) que circulam pelas grandes cidades do país proclamando o fracasso da “guerra contra às drogas”. Esses atores propõem soluções nas quais as tênues fronteiras que separam ao estado do mercado são demarcadas na forma de *prospecções* e *projeções* sobre o lugar que ocupa o *pharmakon* na vida social e a distancia entre as “drogas” e os corpos e espíritos daqueles que desejam ficar perto delas. No segundo lugar, foi preciso examinar o desenvolvimento histórico das controversas sobre o estatuto legal (amparado em diferentes concepções científicas, econômicas e morais) do cânhamo e, finalmente, indagar pela história das lutas pela libertação das “drogas” descrevendo as práticas, valores e artefatos que dão sentido à causa canábica e anti-proibicionista.

O *anti-proibicionismo* abrange uma teia heterogênea de atores sociais que movimentam em diferentes escalas, que muitas vezes não se conhecem e que não tem necessariamente uma ideologia política comum. Há ex-presidentes, senadores, acadêmicos, juristas, ativistas, jardineiros, comerciantes, pacientes e cuidadores

engajados com a mudança no estatuto legal das drogas porque, segundo eles, a proibição é um dos maiores erros políticos da história recente. Os anti-proibicionistas criticam o caráter ideológico do sistema de classificação proposto nas convenções da ONU. Do seu ponto de vista os argumentos que instituem categorias como “drogas ilícitas” ou “entorpecentes” não estão suportados por pesquisas consistentes e sim por interesses morais e políticos. Semelhante arranjo, que esconderia a verdade sobre a “guerra contra às drogas”, pode ser resumido nos seguintes pontos: a) a perseguição e judicialização das condutas tidas como “desviadas” por irem em contra da ordem moral e econômica; b) a fabricação de um bode expiatório por parte do governo dos EEUU para justificar as políticas imperialistas que dividiram o mundo entre produtores e consumidores; c) a proteção de interesses da indústria farmacêutica; d) a sobrevivência de uma estrutura institucional criada para governar o “problema das drogas” e, finalmente, a manutenção do negócio do tráfico, devido a que sua enorme capacidade de lucro se deve, em grande medida, a seu estatuto legal. Os anti-proibicionistas argumentam que todas essas “mentiras” legitimam uma ordem econômica e política global encoberta por uma estratégia de saúde pública que procurava banir as drogas e afastá-las permanentemente das pessoas (especificamente dos cidadãos americanos). Como as plantas com propriedades psicoativas como a coca e a maconha nunca foram erradicadas, senão que, pelo contrario, a sua produção aumentou exponencialmente produzindo mais violência e sofrimento, os anti-proibicionistas sinalam que as políticas de drogas são como as percepções geradas pelo objeto que tentam governar: *irreais e alucinantes*. Portanto, o anti-proibicionismo é também uma crítica da razão do Estado e da dominação racional. Então, mudar a maneira pela qual o proibicionismo tem sido instaurado, em que há adquirido existência material e suporte institucional, constitui um desafio que políticos e especialistas anti-proibicionistas propõem resolver a través das diferentes soluções que expressam maneiras particulares de conceber o tempo e o espaço.

Trata-se de *prescrições e projeções* planificadas geralmente como tecnologias jurídico-sanitárias mas justificadas em visões e experiências de conversão, que permitiram aos atores entender o funcionamento da estrutura simbólica e institucional do proibicionismo. Ditas soluções estão relacionadas com um *locus* da transformação, que

no caso são as dimensões espaço-temporais nas quais a derrota do seu inimigo se tornará realidade. A respeito há várias soluções plausíveis. Uma delas, que chamei, *geopolítica moral* (Góngora, 2018) propõe que a mudança deve estar liderada pelos países latino-americanos vítimas da “guerra contra às drogas”, aqueles que pagaram com vidas humanas e degradação institucional dito conflito. A outra solução sugere que o fim da proibição está no livre comércio e que de fato está acontecendo agora mesmo, nos cantos inóspitos e desterritorializados da Internet. Além das nuances e múltiplos cruzamentos que tem essas duas visões de mundo, é possível afirmar que a primeira é uma solução “liberal” e a segunda uma proposição “libertária”.

“Separar a política da redução de danos”

O ativismo anti-proibicionista é diverso e se encontra atravessado pelo idioma do *pharmakon*. Tem grupos militantes que chamam a seus colegas pelo nome das aberrações farmacológicas que desprezam (como acontece com a palavra “chirri”, gíria para se referir aos usuários de “bazuco” ou pasta básica de coca da pior qualidade) e procuram se afastar do movimento social, argumentando que são capazes de mudar as políticas de drogas “de dentro para fora”, separando a ação técnica da política. Para atingir seu objetivo construíram programas e lançaram editais que só eles podiam desenvolver, também montaram seu próprio laboratório para testar a pureza das drogas consumidas por seus clientes, tornando-se assim parceiros estratégicos das instituições públicas. Ao mesmo tempo, esses ativistas diversificaram sua oferta e centralizaram sua atividade no enfoque de saúde e redução de danos. Queriam mostrar que eram capazes de trabalhar com todo tipo de usuários e de intervir todo tipo de espaços. Em uma experiência inédita na história das políticas de drogas na Colômbia, esses ativistas propuseram ao prefeito de Bogotá que concentrara sua ação no lugar mais visivelmente afetado pela “guerra contra às drogas” para demonstrar que era possível superar o proibicionismo e melhorar a segurança pública através da implementação de uma política sanitária. No entanto, e apesar de ter invocado o valor da vida e a tutela do Estado, o fracasso na tentativa de transformar a maior “Cracolândia” de Colômbia³ em

³ Refiro-me à antiga *Calle del Bronx*. Nome dado pelos meios de comunicação para o setor que albergou entre os anos 2010 e 2016 o maior centro de distribuição e consumo de drogas da cidade de Bogotá. A imprensa usou o nome *Bronx* para associar essas ruas com o popular bairro de Nova Iorque.

uma clínica a céu aberto, terminou sendo mais uma prova das múltiplas formas de atualização, perpetuação e legitimação do discurso a proibicionista.

A agência desses atores permite mostrar as assimetrias que dividem aos ativistas que dizem ser parte das “bases” daqueles que operam no mundo das ONGs e das políticas públicas. Evidencia também a existência de um sistema de classificação moral que ordena atores individuais e coletivos segundo o tipo de drogas com que interajam constantemente. Com dito sistema se valoram também distintas maneira de entender a vida, que oscilam entre a potência hedonista e a sujeição biopolítica, assim como as táticas governamentais para lidar com aqueles que “usam” e “abusam” da sua liberdade e seu “direto às drogas”.

“Marihuana” que coisa mais bacana!

Em Medellín os ativistas canábicos me explicaram que a luta anti-proibicionista iniciou com os festivais de rock da década de 1970, sendo o mais importante de todos o Festival de Ancón de 1971, protagonizado por representantes do movimento *nadaísta*⁴ e grupos de *hippies* os quais, chamados pelas “visões” fornecidas pela maconha e o LSD, compreenderam que sua missão na vida era procurar a “libertação do ser humano”, oprimido pelas “cadeias do consumismo, a moral e o trabalho”, e que aquela luta passava primeiro pela “libertação das plantas e as drogas proibidas” por meio das quais a “expansão” da “consciência” e o “encontro místico” com a natureza poderia ser atingido. Depois do esplendor desse “ativismo libertário de inspiração mística” (Langlitz, 2013), veio a década de 1980, o “obscurantismo” da “luta”, o hiato temporal nas narrativas sobre a libertação das “drogas”, a paralização da causa que alguns atribuem à cooptação dos *hippies* e poetas pelo “mundo do trabalho”. Aqueles que viveram esse anos explicam que, como havia que ganhar o pão para manter a enorme descendência engendrada ao longo da libertação sexual dos anos 70, alguns viraram artesãos, outros intelectuais públicos, outros procuraram refugio no comercio e

⁴ Movimento literário anticlerical e anti-marxista inspirado no pensamento do filósofo Fernando González e fundado por Gonzalo Arango na década de 1950 na cidade de Medellín. No *Primer Manifiesto Nadaísta*, Arango (1958) fornecia a seguinte definição sobre seu movimento: “O *Nadaísmo*, em um conceito muito limitado, é uma revolução na forma e no conteúdo da ordem espiritual imperante na Colômbia. Para a juventude é um estado esquizofrênico-consciente contra os estados passivos do espírito e da cultura. <http://www.gonzaloarango.com/ideas/manifiesto1.html>. Acesso em: 10/05/2016.

outros tiraram proveito do principal negocio disponível virando contrabandistas de maconha e outras drogas (Betancourt & García, 1994). Desse modo, se produz um novo e paradoxal uso das drogas, não mais para a expansão da “consciência”, senão para a propagação da reputação e a obtenção de riqueza. Como diz Olmes Ortiz, um dos porta-vozes do movimento canábico na Colômbia: “a causa estava em perigo” porque a “liberdade já não era o que costumava ser”. Os *hippies* viram como seus anelados valores, coletivistas, existenciais, visionários, hedonistas e psicodélicos se tornaram, da mão dos “narcos”, um assunto materialista e pragmático, outra versão da liberdade, mas entendida como sinónimo de comércio e agenciada por atores sociais que acreditavam que a legalização das drogas era necessária, inevitável e podia ser alcançada pelo uso da violência. Meus interlocutores não duvidam em chamar a essa parte do passado de Medellín e da Colômbia “o Tempo de Pablo [Escobar]”, intervalo espaço-temporal usado para objetivar os acontecimentos decorridos nas últimas décadas do século XX. Ninguém falou mais dos *hippies*, e os “nadaístas” viraram vanguarda e entraram no cânone da história da arte nacional. Com notadas exceções, a violência, a guerra, o conflito interno, o militarismo americano e o terrorismo colonizaram semanticamente o vocabulário das ciências sociais para falar das drogas, tidas sempre como “veneno”. Desde o ponto de vista analítico, a “guerra contra as drogas” ficou reduzida aos aspectos militaristas que mostram a Colômbia como o país “produtor” por excelência (Zigon, 2015), enquanto o “consumo” continuo sendo uma questão de “desvio” administrada por especialistas delegados pelo Estado para “mexer nos corações e curar as almas dos viciados” (Stengers y Ralet, 1997: 227).

O “Tempo de Pablo” tinha obscurecido os dias de Ancón até que a maconha, transformada em panacéia e exibindo seu nome científico, voltou na cena pública conduzida por atores sociais que defendem valores particulares da vida e da liberdade. No ano 2007 Olmes Ortiz organizou a primeira marcha pela libertação da maconha na Colômbia. Dois anos depois, se associou com um jovem publicista e fundaram em Medellín a Comunidade Canábica Colombiana (CCC), organização que foi ganhando seguidores através do *Facebook* até virar um “movimento social”, término nativo que faz referência à extensão da rede de ativistas e coletivos quantificada, no começo, pelo número de contatos feitos nas redes sociais virtuais. Segundo os organizadores da

Marcha Mundial da Maconha de Medellin, o ano 2015 a passeata contou com a participação de mais de 100.000 pessoas (todas munidas da dosagem pessoal permitida pela lei, outras exercendo seu “direito ao consumo” e outras reclamando a possibilidade de cultivar sua “própria medicina”), se-tornando, depois daquele ano, na manifestação na maior manifestação pública da cidade e em uma das congregações canábicas mais importantes da América-Latina.

De Veneno para Panaceia

No final de 2014, no espaço de um Foro com a “sociedade civil”, os representantes do “movimento canábico” se aproximaram a um Senador da República e solicitaram uma audiência para apresentar seu ponto de vista perante o projeto de regulação da cannabis medicinal que cursava no legislativo. O senador delegou a um dos seus assistentes para falar com os ativistas no seu escritório mas deixou claro que “não queria ser identificado com nenhum movimento social que defendesse a maconha recreativa”. O evento me permitiu entender que a emergência de novos atores políticos que defendem a libertação do cannabis foi também a instauração de uma nova batalha em torno da ontologia da planta. Uma separação científico-política para livrar a maconha de suas propriedades “imorais” associadas com vício e envenenamento para transformar a planta em uma “substância limpa” e rentável chamada “cannabis medicinal” que em lugar de “intoxicar” e agir na “mente”, alivia um número importante de doenças congénitas e padecimentos crónicos inscritos no “corpo”. O senador preferiu se associar com atores “livre de estigma”, como as mães que reclamam o acesso a medicamentos para salvar seus filhos com epilepsia e não com “coletivos libertários” que reclamam seu direito às drogas. O projecto de lei expressava com clareza dita postura: “será concedida licença para o cultivo e produção de medicamentos somente para flores de cannabis cujo percentagem de tetrahydrocannabinol (TCH) (componente psicoativo da planta) seja igual ou inferior a 1%”.

Graças a recentes descobertas da biologia molecular e da neurociência, os políticos que temem arruinar a sua imagem pública devido ao efeito da poluição moral produzido pelas "drogas", acharam argumentos para separar a “cannabis-remédio” da “maconha de droga” (que na Colômbia preserva um status legal ambíguo pois o plantio em pequena escala e o consumo pessoal são permitidos enquanto a comercialização continua

proibida). De modo que, as leis e decretos para a legalização da cannabis medicinal na Colômbia emitidos durante o primeiro semestre de 2016 procuram que as licenças de cultivo e produção de medicamentos sejam apenas para os laboratórios que satisfazem elevados “padrões de qualidade” e corroborem que o “material biológico” que produzem tem baixos ou nulos efeitos “psicoativos”. Essa prática faz com que seja difícil para os camponeses, povos indígenas e pequenos agricultores participar do negócio, pois embora conheçam as tecnologias de seleção artificial necessárias para produzir variedades de cannabis com maior ou menor potencial psicoativo, não podem garantir a padronização dos seus preparativos.

No caso da maconha na Colômbia o surgimento de novas técnicas e tecnologias de cultivo (como estufas e culturas *in door*) divulgados e comercializados via *online*, o crescimento exponencial da informação disponível sobre os usos medicinais, industriais e recreativos da cannabis e a liberdade de trocar e comercializar sementes na Internet (algumas nativas, mas a maioria produzida em laboratórios europeus) criaram as condições para que as pessoas possam fazer seus remédios caseiros e suas próprias “drogas”. Confrontados com esta perda de controle, os agentes governamentais insistem em que no país é possível possuir e consumir livremente certa quantidade de maconha, mas condenam a aqueles que fabricam suas drogas artesanais e remédios com fins lucrativos. Enquanto isso, os pequenos laboratórios tentam se associar com as comunidades indígenas e camponesas produtoras de maconha, localizadas em territórios disputados há décadas pelos atores armados, para adquirir uma das licenças concedidas pelo Ministério da Saúde e ganhar uma parte do mercado, em uma corrida irregular na qual as farmacêuticas transnacionais já conseguiram as primeiras autorizações para o plantio de cannabis medicinal.

Nos últimos anos vários ativistas e jardineiros semeiam e comercializam de maneira “ilegal” compostos elaborados com maconha para usos recreativos e medicinais. Isto nos faz lembrar da época da “visão liberal” do comércio de medicamentos e drogas que precedeu o higienismo e a embrionária indústria de medicamentos do início do século XX. Esses atores, que produzem suas próprias drogas e seus próprios remédios, se recusam a entregar o monopólio do cannabis ao Estado e aos laboratórios farmacêuticos e lutam para que a maconha possa ser “tão livre como o coentro”.

Maconha, vida e liberdade

A maconha, transformada em cannabis, exibe em seus passos a ambiguidade constitutiva do *pharmakon*. A história desta planta e seus defensores é a chave para entender as flutuações do valor da liberdade expressadas nas múltiplas moralidades e racionalidades que são acionadas pelos atores sociais para modificar a farmacopeia política. Alguns seguem professando a libertação dos homens das cadeias do trabalho através da conexão mística com as plantas; outros acreditam que a política (entendida como a articulação com os movimentos sociais e a incidência nas agendas dos partidos) ira fornecer a possibilidade de consumir maconha livremente; também estão aqueles que defendem ideias “libertarias” e geram estratégias associativas para criar circuitos autônomos de produção de cannabis, livres do monopólio estatal e das empresas farmacêuticas; outros advogam pelo “auto cultivo” como a forma de legalização de fato que permitirá que lhes permitira se libertar definitivamente do vínculo com o narcotráfico; outros se “preparam administrativamente” para competir no livre mercado de parafernália para o consumo e cultivo de cannabis e plantas com potencial psicoativo e outros entraram totalmente na fabricação e venda de medicamentos, lembrando os tempos da “visão liberal do comercio”.

Retomando a ideia de Simmel (1971) sobre a relação entre práticas económicas e aspectos metafísicos do individualismo associados à liberdade, é possível examinar a maneira em que são atualizados no universo anti-proibicionista argumentos a favor da “redução de danos”, o “livre comércio”, a “propriedade privada” e o “direito às drogas” (Szasz, 1992) e, ao mesmo tempo, noções de autonomia que criticam a transnacionalização da economia e defendem os empreendimentos locais, as sementes nativas e o “comercio justo”. O que parece ter em comum estas dois visões de mundo é a crítica ao “Estado” como ente de controle político e moral sobre as drogas. As mudanças na farmacopeia política contemporânea (visível na iminente liberação de todos os usos do cannabis e a possível derrota da “proibição”), reconfiguram o uso de drogas antes entendida como “conduta criminal”, para “problema de saúde” e “responsabilidade individual”.

As modulações do valor da liberdade, inspiradas em diferentes soluções da cosmologia política ocidental, são pensadas desde Colômbia, por atores sociais que lutam pela

libertação das plantas e das preparações proibidas. Sem negar os traços deixados pelo tráfico de “drogas” na história da Colômbia, os movimentos cannábicos e anti-proibicionistas, com suas contradições, conflitos incessantes e lutas internas, nos ajudam a entender a potência do *pharmakon*, o efeito de co-produção entre “drogas” e seres humanos (Gomart, 2002; Vargas, 2006) que foi interpretado pelos guardiões do monopólio epistemológico sobre as “drogas” (principalmente a economia política e os saberes psi) como promotor de “indiferença”, violência e “evasão” da “vida real”. Como sugeriu Derrida (2003: 25) em uma de suas últimas intervenções públicas: “A proibição das drogas baseia-se em uma retórica fantástica segundo a qual as drogas fazem que as pessoas percam qualquer sentido do que é a ‘verdadeira realidade’... no final esse é o argumento segundo o qual a proibição é declarada”.

As controvérsias em torno ao valor do farmacológico das drogas, isto é, a mudança nas convenções que diferenciam venenos de panaceias, ajudam a entender os significados que tomam a liberdade e a vida na política contemporânea. A luta dos atores sociais que vêm na maconha uma planta que possibilita relações graças a suas propriedades “místicas”, “recreativas”, “curativas” e “industriais”, nos permite explorar a maneira em que são atualizadas as conexões existenciais, ecológicas, económicas, espirituais, afetivas, morais, jurídicas e biológicas entre os seres humanos e o mundo vegetal.

Bibliografia

BETANCOURT D.; GARCÍA, M. 1994. *Contrabandistas, Marimberos y Mafiosos. Historia social de la mafia colombiana (1965-1992)*. Bogotá: Tercer Mundo.

DERRIDA, J. 2003. “The Rhetoric of Drugs”. In: *High Culture: Reflections on Addiction and Modernity*. New York: State University of New York Press, p. 19-44.

GARCÍA, V. 2008. *Remedios secretos y drogas heroicas. Historia de los medicamentos en Antioquia 1900-1940*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia.

GOMART, E. 2002. “Six Effects in Search of a Substance”. *Social Studies of Science*, (32) (1), p. 93-135.

GÓNGORA, A. 2018. *Farmacopeia Política: Uma etnografia do antiproibicionismo e as lutas pela libertação da maconha na Colômbia*. Tese de doutorado. PPGAS, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LANGLITZ, N. 2013. *Neuropsychedelica: The Revival of Hallucinogen Research since the Decade of the Brain*. Berkeley, Los Angeles. University of California Press.

STENGERS, I; RALET, O. 1997. “Drugs: Ethical Choice or Moral Consensus” en: *Power and Inventions: Situating Science*. London, Minneapolis: University of Minnesota Press.

SZASZ, T. 1992 *Our Right to Drugs. The Case for a Free Market*. New York: Praeger.

SIMMEL, G. 1971. “Freedom and the Individual”. In: *On Individuality and Social Forms*. Chicago – London: University of Chicago Press. p. 217-226.

VARGAS, E. 2006. “Uso de drogas: a alter-ação como evento”. *Revista de antropologia, São Paulo, USP*, (49) (2), p. 582-623.

ZIGON, J. 2015. “What is a Situation?: An Assemblic Ethnography of the Drug War”. *Cultural Anthropology* (30) (3), p. 501-524.